

# EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NOS ANOS INICIAIS: IMPACTOS NO COMPORTAMENTO INFANTIL EM CANITAR-SP

Ana Carolina de Paula Cavalheiro<sup>1</sup>

Bruna Cardoso Muniz<sup>1</sup>

Camila Cardoso Decco<sup>1</sup>

Marcia Freitas Abad Gonzaga<sup>2</sup>

**RESUMO:** O estudo analisou o impacto da educação para a sustentabilidade nos anos iniciais do ensino fundamental, buscando compreender de que forma as práticas pedagógicas influenciam o comportamento infantil e geram reflexos no ambiente familiar e comunitário em Canitar-SP. A pesquisa justifica-se pela necessidade de fortalecer a formação de cidadãos críticos e conscientes diante dos desafios socioambientais contemporâneos. Para o alcance dos objetivos, adotou-se uma abordagem quanti-qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, utilizando questionário estruturado aplicado a professores, gestores escolares e familiares de alunos. Os dados evidenciaram que a sustentabilidade está presente no cotidiano escolar, embora de forma desigual e ainda dependente da iniciativa individual de educadores, e diante disso observou-se que práticas como hortas, reciclagem e campanhas ambientais contribuem para a mudança de hábitos e atitudes das crianças, refletindo positivamente em seus lares e comunidades. Entre os principais desafios identificados estão a escassez de recursos, o baixo envolvimento familiar e a ausência de apoio institucional contínuo. Os resultados indicam que a educação para a sustentabilidade tem potencial para promover transformações comportamentais e sociais, desde que amparada por políticas escolares permanentes e articulada à gestão e à comunidade. Portanto, conclui-se que o fortalecimento da educação ambiental nos anos iniciais é essencial para consolidar uma cultura escolar sustentável e contribuir para o desenvolvimento socioambiental do município.

**Palavras-chave:** educação ambiental; sustentabilidade; anos iniciais; comportamento infantil; políticas escolares.

## 1 INTRODUÇÃO

A intensificação da crise ambiental global exige novas formas de pensar e agir diante dos desafios socioambientais contemporâneos. Nesse contexto, Fim *et al.* (2024) destacam que a sustentabilidade constitui um princípio essencial para orientar políticas públicas, práticas organizacionais e processos educativos, não apenas como tendência, mas como necessidade estratégica para a construção de um futuro equilibrado e duradouro. O campo da educação tem papel central nesse processo, especialmente nos anos iniciais da formação escolar, período em que valores, atitudes e hábitos são internalizados de maneira mais consistente pelas crianças. Assim, compreender como a educação para a

---

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São Paulo

<sup>2</sup>Professora do curso de Gestão Empresarial da FATEC São Paulo - Gemp EAD

sustentabilidade influencia o comportamento infantil e impacta a vida familiar e comunitária tornou-se uma demanda relevante tanto do ponto de vista científico quanto social.

Nesse cenário, a literatura recente reforça a urgência de ações educativas voltadas à sustentabilidade. Para Cardoso *et al.* (2024, p. 39), a educação ambiental deve ser compreendida como um processo crítico, ético e transformador, capaz de promover mudanças culturais, sociais e econômicas. Sachs (2002) corrobora que o desenvolvimento sustentável requer a internalização de valores socioambientais desde a infância, pois sem essa base cultural não se consolidam sociedades sustentáveis. Rodrigues e Saheb (2021) acrescentam que a educação ambiental é um processo contínuo e participativo, que deve ser iniciado nos primeiros anos escolares para formar sujeitos capazes de reconhecer e assumir seu papel na preservação do meio ambiente.

No campo da gestão, Elkington (apud Oliveira *et al.*, 2022) apresenta o conceito de Triple Bottom Line, enfatizando que o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental também deve orientar o ambiente escolar, e não apenas a atuação das empresas. Essa integração entre aprendizado e responsabilidade social contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 6 (Água e Saneamento), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), que orientam políticas e práticas voltadas à sustentabilidade.

O município de Canitar-SP, localizado no interior paulista, apresenta um cenário socioeconômico que reforça a importância dessa discussão. Apesar dos indicadores econômicos positivos, o município possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,68, considerado baixo para o estado de São Paulo (IPEA, 2025), o que evidencia desigualdades sociais que podem ser amenizadas pela ampliação de práticas educativas inclusivas e sustentáveis. Nesse sentido, a escola se configura como espaço estratégico para incentivar a consciência ambiental crítica, fortalecer a cidadania e ampliar a participação comunitária, em consonância com a Agenda 2030.

Pesquisas recentes reforçam essa perspectiva. Vieira e Miquelin (2023) demonstraram que práticas pedagógicas interdisciplinares voltadas à sustentabilidade promovem aprendizagens significativas e maior engajamento familiar. Farias (2024) evidencia que projetos como hortas, reciclagem e estudos do ambiente local fortalecem o vínculo entre escola e comunidade, gerando mudanças de comportamento nas crianças. Já Soares *et al.* (2025) apontam que a efetividade da educação para a sustentabilidade

depende da articulação com a gestão escolar, responsável por garantir as condições necessárias para que práticas inovadoras se consolidem como parte da cultura institucional.

Dessa forma, esta pesquisa analisou o impacto da conscientização sobre sustentabilidade nos anos iniciais da educação básica no comportamento infantil e nas transformações observadas no ambiente social e familiar, tendo como foco o município de Canitar-SP. O estudo contribuiu para compreender como práticas educativas sustentáveis fortalecem a formação de cidadãos críticos e responsáveis, além de oferecer subsídios para políticas e estratégias de gestão escolar alinhadas ao desenvolvimento sustentável local.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

A crise ambiental contemporânea exige mudanças urgentes nos padrões de consumo e na relação entre sociedade e natureza. Nesse contexto, a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece a obrigatoriedade da inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, com o objetivo de formar cidadãos críticos e comprometidos com a sustentabilidade (BRASIL, 1999). Essa base legal reforça que a educação ambiental deve estar integrada de forma contínua e articulada ao cotidiano escolar.

Pesquisas recentes apontam que a educação ambiental atua como instrumento de transformação social. Segundo Cardoso *et al.* (2024), a inserção de práticas ambientais nas escolas contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais e a construção de valores éticos e coletivos, fortalecendo também o engajamento das famílias e da comunidade. De modo semelhante, Fim *et al.* (2024) afirmam que sustentabilidade e cidadania são dimensões interdependentes, e a escola é o espaço estratégico para internalizar valores de responsabilidade socioambiental desde a infância.

Além disso, Rodrigues e Saheb (2021) evidenciam que, na educação infantil, atividades contextualizadas como hortas escolares, projetos de reciclagem e oficinas de reaproveitamento de materiais favorecem aprendizagens significativas e ampliam a compreensão das crianças sobre o impacto de suas ações no meio ambiente.

Dados do IBGE (2024) indicam que a taxa de escolarização nos anos iniciais alcança 99,4% das crianças de 6 a 14 anos, criando um contexto favorável à implementação sistemática da educação para a sustentabilidade. Esse cenário evidencia que a escola é um

espaço essencial para a formação de sujeitos críticos, capazes de repensar seus hábitos e agir de forma ética diante dos desafios ambientais.

## 2.2 ESTUDO DE CASO: CANITAR (SP) – INDICADORES E SUSTENTABILIDADE LOCAL

O município de Canitar-SP apresenta condições socioeconômicas propícias ao desenvolvimento de ações sustentáveis. De acordo com o Instituto Cidades Sustentáveis (2025), disponível no painel do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), Canitar registra desempenho elevado nas dimensões social, econômica e ambiental, situando-se entre os melhores índices do país. Dados do TCE-SP (2021) apontam que o município possui cerca de 6,6 mil habitantes, área de 57,4 km<sup>2</sup> e PIB de R\$ 164 milhões, com destaque para o setor industrial.

Esse desempenho demonstra que o município avançou na integração entre crescimento econômico e qualidade de vida, pilares dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) (Nações Unidas, 2025).

Assim, a implementação de projetos escolares voltados à cidadania ambiental, gestão de resíduos e consumo responsável pode fortalecer ainda mais os indicadores locais, aproximando a escola dos objetivos da Agenda 2030 e contribuindo para consolidar práticas socioambientais duradouras.

## 2.3 ESTUDO DE CASO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SUSTENTÁVEIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

O estudo de Vieira e Miquelin (2023) demonstra que a educação ambiental crítica constitui uma abordagem essencial para repensar a relação entre ser humano, sociedade e natureza. Diferente de práticas meramente informativas, essa perspectiva propõe atividades reflexivas sobre valores, comportamentos e estruturas sociais que sustentam a degradação ambiental.

Após a aplicação do estudo em uma escola municipal do Paraná, os autores observaram que práticas interdisciplinares, mesmo em contexto remoto, proporcionaram aprendizagens significativas e fortaleceram o engajamento familiar. Concluíram também que o envolvimento de estudantes e responsáveis em atividades que problematizam o consumo, a produção e a responsabilidade coletiva resultaram não apenas em melhor

desempenho escolar, mas também no fortalecimento da consciência ambiental crítica e emancipadora.

Esses achados evidenciam que a escola atua como espaço formador de sujeitos ativos na transformação socioambiental, o que é fundamental para introduzir a sustentabilidade nos anos iniciais da educação básica.

## 2.4 EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CONSCIENTES

A pesquisa de Soares *et al.* (2025) aponta que a educação para a sustentabilidade só alcança resultados consistentes quando articulada à gestão escolar e às práticas administrativas. O estudo destaca que a inserção de conteúdos socioambientais no currículo deve vir acompanhada de estratégias de gestão integradas, promovendo a colaboração entre professores, gestores, alunos e comunidade.

Sendo assim, mais do que transmitir conceitos, se trata de construir uma cultura institucional voltada à responsabilidade socioambiental, na qual o planejamento pedagógico, o uso de recursos e as políticas escolares estejam alinhados aos princípios da sustentabilidade.

Nesse sentido, o papel dos gestores é fundamental para criar condições que viabilizem práticas pedagógicas inovadoras e duradouras. Essa abordagem reforça que a sustentabilidade nos anos iniciais deve ser entendida como valor transversal, orientando tanto as práticas pedagógicas quanto as administrativas e potencializando a formação de crianças mais conscientes e comprometidas com a coletividade.

## 3 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem quanti-qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa qualitativa permitiu compreender percepções, valores e comportamentos relacionados à sustentabilidade, captando a subjetividade dos respondentes (Minayo, 2001). A etapa exploratória ampliou o entendimento sobre a relação entre práticas pedagógicas e mudanças comportamentais, enquanto o caráter descritivo caracterizou os fenômenos observados, detalhando aspectos do comportamento infantil, das estratégias escolares e das percepções dos participantes (Gil, 2008).

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre educação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento infantil, contemplando os autores Cardoso *et al.* (2024), Fim *et al.* (2024), Rodrigues e Saheb (2021), dados do IBGE (2024) e a legislação

sobre o tema (BRASIL, 1999). Foram também analisados estudos de caso, incluindo diagnósticos sobre a realidade socioeconômica e educacional de Canitar-SP e artigos que abordaram práticas pedagógicas sustentáveis em diferentes contextos escolares. Esses referenciais subsidiaram a elaboração do instrumento de coleta de dados e orientaram a análise posterior.

Com base nesse levantamento, elaborou-se um questionário estruturado, composto por questões fechadas de múltipla escolha e escalas de percepção (conforme Apêndice 1). O instrumento foi organizado em blocos temáticos que abordaram o perfil dos respondentes, práticas pedagógicas, estratégias institucionais e percepções sobre mudanças de comportamento infantil e impacto no ambiente familiar.

O questionário foi aplicado a professores, gestores escolares e familiares de alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das escolas públicas de Canitar-SP. Tal amostra foi selecionada por conveniência, considerando a disponibilidade e o interesse dos participantes. O instrumento foi disponibilizado em formato digital por meio do *Google Forms*, o que garantiu acesso facilitado, praticidade e anonimato nas respostas.

A pesquisa atendeu aos princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, pois antes da participação, os respondentes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que apresentava os objetivos do estudo, a garantia de sigilo e anonimato, o caráter voluntário da participação e o direito de desistência sem prejuízos (BRASIL, 2016). O aceite do TCLE, registrado eletronicamente, foi condição obrigatória para inclusão das respostas.

Os dados quantitativos foram organizados em planilhas e representados graficamente, possibilitando a visualização dos percentuais obtidos. Os dados qualitativos foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), o que permitiu identificar categorias, padrões e recorrências nas respostas. Essa sequência metodológica viabilizou a compreensão do impacto da educação para a sustentabilidade nos comportamentos infantis e nas práticas sociais e familiares.

Entre as limitações do estudo, destaca-se que o tamanho da amostra não abrangeu a totalidade das escolas de Canitar-SP, o que pode restringir a generalização dos resultados. Além disso, as respostas refletem percepções individuais, passíveis de vieses subjetivos. Ainda assim, os achados fornecem subsídios relevantes para compreender a realidade local e sugerir estratégias educativas e administrativas voltadas à promoção da sustentabilidade.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

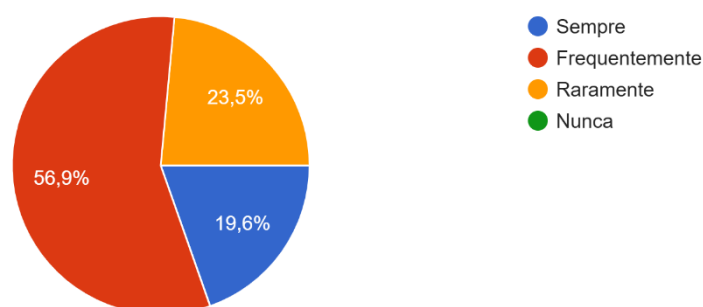
O questionário foi disponibilizado a 100 participantes, dos quais 52 responderam. Uma resposta foi descartada por recusa ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), resultando em 51 respostas válidas. Essa amostra representou uma parcela significativa da comunidade escolar de Canitar-SP, permitindo compreender as percepções sobre a educação para a sustentabilidade nos anos iniciais.

Entre os respondentes, 57% eram familiares ou responsáveis, 35% professores e 8% gestores escolares, o que assegurou uma visão plural sobre o tema, abrangendo dimensões pedagógicas, administrativas e familiares. Além disso, 41% afirmaram possuir experiência superior a seis anos com crianças dos anos iniciais, enquanto 29% declararam entre 1 e 3 anos de envolvimento. Essa predominância de participantes experientes reforçou a confiabilidade das percepções levantadas.

Quando questionados sobre a inserção da sustentabilidade no currículo escolar, 77% dos participantes afirmaram que o tema está sempre ou frequentemente presente, enquanto 23% apontaram que a abordagem ainda é rara, conforme mostra a Figura 1. Esse resultado revela avanços significativos, mas também a persistência de lacunas na transversalidade da educação ambiental.

Esses achados corroboram Cardoso *et al.* (2024), que definem a educação ambiental como processo crítico e transformador, devendo ser parte integrante e contínua das práticas pedagógicas. O dado também se relaciona à Lei nº 9.795/1999, que prevê a obrigatoriedade da educação ambiental em todos os níveis de ensino, e aos ODS 4 e 12, que enfatizam a formação para o consumo consciente e o desenvolvimento sustentável.

Figura 1 – Temática da sustentabilidade presente no currículo escolar



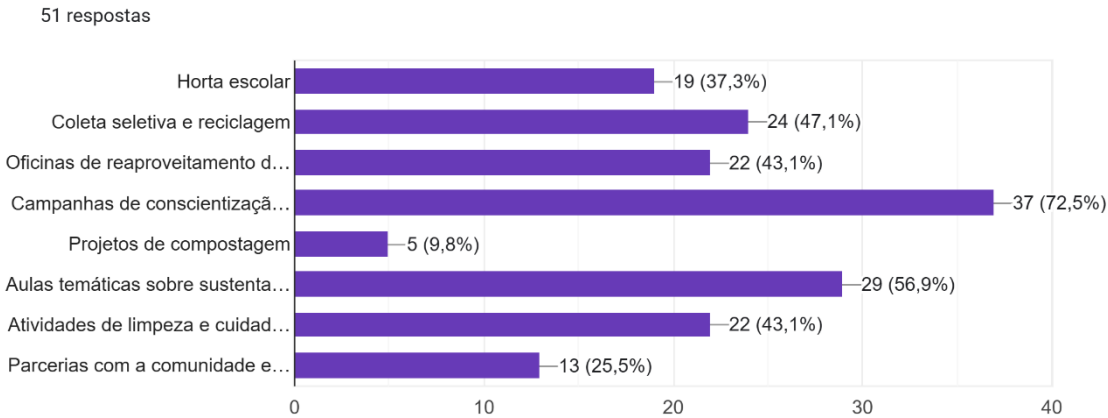
Fonte: Elaborado pelos Autores (2025)

As práticas pedagógicas mais recorrentes envolveram campanhas de conscientização (72%), aulas temáticas sobre o meio ambiente (57%) e projetos de coleta seletiva e reciclagem (47%), enquanto atividades de maior complexidade, como compostagem (10%), foram pouco exploradas, conforme a Figura 2.

Essa discrepância indica um predomínio de atividades pontuais e de fácil execução, em detrimento de ações de maior continuidade e impacto. Fim *et al.* (2024) ressaltam que a sustentabilidade deve ser articulada à cidadania e ao engajamento comunitário, o que reforça a necessidade de projetos permanentes e integradores.

De acordo com Rodrigues e Saheb (2021), experiências práticas, como hortas escolares e oficinas de reaproveitamento de materiais, promovem aprendizagens significativas e mudanças de atitude. Nesse sentido, os resultados de Canitar demonstram avanço na adoção de práticas sustentáveis, mas carência de sistematização e apoio institucional para sua continuidade.

Figura 2 – Práticas pedagógicas relacionadas à sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelos Autores (2025)

A expressiva maioria dos respondentes (94%) considerou que as práticas sustentáveis contribuíram muito para o aprendizado das crianças, resultado que confirma os achados de Farias (2024), e afirma que projetos de sustentabilidade, como hortas e reciclagem, fortalecem o vínculo entre escola e comunidade e despertam a consciência ambiental desde cedo.

Entretanto, apenas 31% afirmaram que a escola possui apoio institucional pleno, enquanto 65% percebem apoio apenas parcial. Essa limitação confirma o que discute Soares *et al.* (2025), pois a efetividade da educação para a sustentabilidade depende da



articulação entre gestão e prática pedagógica, sendo essencial que as diretrizes institucionais garantam suporte contínuo às ações ambientais.

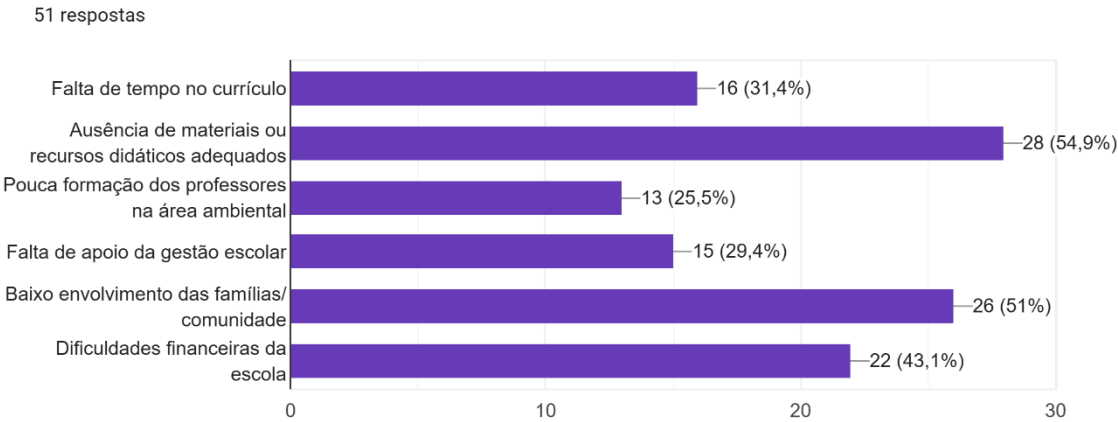
A totalidade dos participantes (100%) percebeu mudanças comportamentais nas crianças após atividades relacionadas à sustentabilidade, 59% de forma significativa e 41% parcial. Esses resultados evidenciam o potencial transformador da educação ambiental, mas também indicam a necessidade de maior sistematização, conforme previsto na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), que exige abordagem contínua e integrada.

Além disso, 65% dos respondentes identificaram reflexos positivos no ambiente familiar e comunitário, demonstrando que os aprendizados extrapolaram o espaço escolar, em consonância com a análise de Vieira e Miquelin (2023), que defendem a educação ambiental crítica como agente de engajamento social e familiar.

Entre os desafios, destacaram-se a ausência de materiais e recursos didáticos adequados (55%), o baixo envolvimento das famílias (51%) e as dificuldades financeiras das escolas (43%), conforme a Figura 3.

Essas limitações dialogam com Cardoso *et al.* (2024), que ressaltam a necessidade de superar barreiras estruturais e pedagógicas para consolidar a sustentabilidade como prática permanente e cotidiana. Fim *et al.* (2024) reforçam que, sem apoio institucional e formação adequada, a sustentabilidade corre o risco de permanecer como ação isolada e não como cultura escolar.

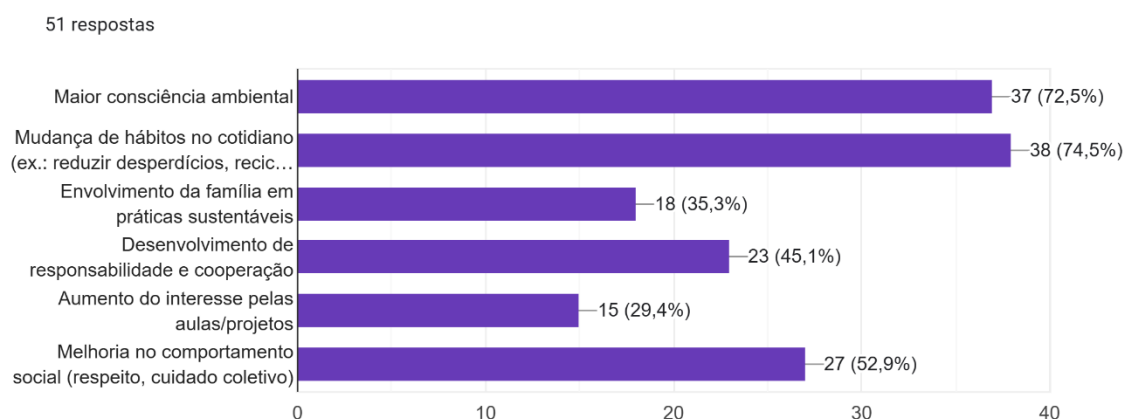
Figura 3 – Desafios na educação para sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelos Autores (2025)

Por outro lado, os benefícios percebidos reforçam a relevância da educação para a sustentabilidade. A figura 4 destaca a mudança de hábitos cotidianos (74,5%), maior consciência ambiental (72,5%) e melhoria no comportamento social (53%) foram os mais destacados, em consonância com Fim *et al.* (2024), que defendem a integração entre sustentabilidade e cidadania como pilar de desenvolvimento.

Figura 4 – Benefícios na prática da educação para sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelos Autores (2025)

Para consolidar a educação ambiental nas escolas de Canitar, os respondentes apontaram como principais caminhos a ampliação de projetos práticos (86%), parcerias com a comunidade e instituições externas (63%), apoio financeiro e institucional (57%) e maior participação das famílias (57%). Tais sugestões reforçam a necessidade de integração entre escola, comunidade e gestão, alinhando-se ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), indicados pela ONU (2025) como centrais para a promoção de sociedades mais justas e sustentáveis.

De modo geral, os resultados demonstram que a educação para a sustentabilidade já está presente no cotidiano escolar de Canitar-SP, mas de forma desigual e, por vezes, dependente do esforço individual de professores e gestores. Os dados confirmam o que apontam autores como Cardoso *et al.* (2024) e Fim *et al.* (2024), que práticas pedagógicas sustentáveis promovem mudanças significativas de comportamento, mas precisam ser acompanhadas de políticas institucionais consistentes para garantir sua continuidade.

Para que o problema identificado nesta pesquisa seja efetivamente enfrentado, torna-se necessário investir em projetos pedagógicos permanentes (como hortas, reciclagem e compostagem), ampliar a formação continuada de professores em educação

ambiental e fortalecer a gestão escolar para que ofereça apoio institucional às práticas sustentáveis. Além disso, a participação das famílias e da comunidade precisa ser ampliada, de modo que a sustentabilidade deixe de ser apenas um conteúdo escolar e se torne um valor partilhado socialmente. Com esses avanços, será possível criar uma cultura socioambiental capaz de transformar não apenas o comportamento infantil, mas também contribuir para o desenvolvimento sustentável do município.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve como propósito analisar o impacto da educação para a sustentabilidade nos anos iniciais do ensino fundamental e verificar de que forma as práticas pedagógicas influenciaram o comportamento infantil e os ambientes familiar e comunitário em Canitar-SP. A partir da análise dos dados coletados e da comparação com o referencial teórico, foi possível compreender que a sustentabilidade já ocupa espaço relevante nas práticas escolares locais, embora ainda enfrente desafios estruturais e institucionais para sua consolidação.

Os resultados demonstraram que a temática da sustentabilidade está presente no cotidiano escolar de maneira significativa, sendo reconhecida por professores, gestores e familiares como uma ferramenta de aprendizado e transformação social. Entretanto, observou-se que essa presença ainda é desigual entre as escolas, dependendo fortemente da iniciativa individual de educadores e da disponibilidade de recursos. Esse aspecto confirma as discussões de Cardoso *et al.* (2024) e Fim *et al.* (2024), segundo as quais a educação ambiental precisa ser transversal, contínua e incorporada à cultura escolar, e não restrita a projetos pontuais.

Verificou-se também que as práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade, como campanhas, hortas e ações de reciclagem, promoveram mudanças comportamentais significativas nas crianças, que passaram a adotar atitudes mais conscientes e a reproduzir em casa comportamentos sustentáveis, refletindo no ambiente familiar e comunitário. Essa constatação reforça os apontamentos de Farias (2024) e Vieira e Miquelin (2023), que destacam o papel da escola como mediadora entre o aprendizado e a transformação social, fortalecendo os vínculos entre educação, cidadania e responsabilidade ambiental.

Apesar dos avanços observados, o estudo evidenciou fragilidades institucionais que ainda dificultam a consolidação da sustentabilidade como eixo permanente da prática pedagógica. Entre os principais obstáculos estão a falta de apoio sistemático da gestão escolar, a escassez de recursos didáticos e o baixo envolvimento das famílias e da

comunidade. Esses fatores limitam o alcance das ações e revelam que, embora existam esforços individuais relevantes, a sustentabilidade ainda não se configura como valor institucional consolidado. Essa realidade confirma o que afirmam Soares *et al.* (2025), ao salientar que a efetividade da educação para a sustentabilidade depende da articulação entre a gestão escolar, o corpo docente e a comunidade, garantindo continuidade e coerência às iniciativas ambientais.

Foi possível comprovar que as práticas educativas sustentáveis influenciam positivamente o comportamento infantil e geram reflexos no ambiente social e familiar, evidenciando o potencial da escola como promotora de transformação socioambiental. No entanto, a ausência de uma política institucional estruturada, a insuficiência de recursos e o envolvimento limitado das famílias impedem que essas práticas alcancem todo o seu potencial transformador.

Para superar essas limitações e consolidar a sustentabilidade como eixo estruturante da educação básica, se torna fundamental que as escolas institucionalizem projetos pedagógicos permanentes, voltados à sustentabilidade, como hortas, compostagem e programas de reciclagem. É igualmente necessário investir na formação continuada de professores, de modo a ampliar o domínio teórico e metodológico sobre educação ambiental crítica. Além disso, é essencial garantir o apoio técnico, financeiro e administrativo da gestão escolar, assegurando a continuidade e a eficácia das ações, bem como ampliar o envolvimento das famílias e da comunidade local, de forma que a sustentabilidade seja reconhecida como valor social compartilhado.

Essas recomendações estão em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, 11, 12 e 13, propostos pela Agenda 2030 da ONU, que orientam a promoção de uma educação inclusiva e transformadora, comprometida com o consumo consciente, a cidadania e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Conclui-se, portanto, que a educação para a sustentabilidade nos anos iniciais representa uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, capazes de atuar na construção de sociedades mais justas, solidárias e ambientalmente responsáveis. O desafio que se impõe agora é transformar experiências pontuais em políticas permanentes, garantindo que a sustentabilidade deixe de ser apenas um conteúdo curricular e se torne parte integrante da cultura escolar e da vida comunitária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Canitar-SP e para o cumprimento dos compromissos globais da Agenda 2030.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores que os existentes na vida cotidiana**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 abr. 2016. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 9 set. 2025.

CARDOSO, Pedro Herlleison Gonçalves; SILVA, Valdenira Carlos da; SOUZA, Cristiano Maciano de; SANTOS, Luís Carlos dos. **Educação ambiental na sociedade contemporânea: desafios e perspectivas para a comunidade escolar**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 10., 2024. Anais eletrônicos... Realize Editora, 2024. DOI: <https://doi.org/10.46943/X.CONEDU.2024.GT14.002>.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2024: educação infantil e outros dados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 23 jun. 2025.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Perfil de Canitar (SP) – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC)**. 2025. Instituto Cidades Sustentáveis, 2025. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3510153/>. Acesso em: 9 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Produto Interno Bruto dos Municípios: metodologia**. Brasília: IPEA, 2025. Disponível em: <https://ipeadata.gov.br/doc/pibmunic.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.

FARIAS, Soegina Pereira de Vasconcellos. **O ensino da educação ambiental nos anos iniciais: relato de experiência**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 9., 2024. Uberlândia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2024. Disponível em: [https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727747924\\_ARQUIVO\\_a1ec3191903fefde39e3a57902f877d0.pdf](https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727747924_ARQUIVO_a1ec3191903fefde39e3a57902f877d0.pdf). Acesso em: 1 set. 2025.

FIM, Luciana Carvalho dos Reis; ZAGOTO, Mayons Pessin; OLIVEIRA, Wagner Barbosa de; SCHIAVO, Márcia; VETTORAZZI, Mara Rúbia Gusson. **Sustentabilidade e cidadania: a educação ambiental como pilar do desenvolvimento**. Leitura e Escrita em Verso e Prosa, v. 15, n. 43, p. 1-15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv15n43-050>. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/download/2222/2673/8086>. Acesso em: 2 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil**. ONU Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 9 set. 2025.

OLIVEIRA, Lucas Rebello de; MEDEIROS, Raffaella Martins; TERRA, Pedro de Bragança; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. *Revista Produção*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 517-526, set/dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132012005000032>. Acesso em: 6 set. 2025.

RODRIGUES, Daniela Gureski; SAHEB, Daniele. A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 99, n. 253, p. 567-585, set/dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i253.3607>. Acesso em: 8 set. 2025.

SOARES, Francisco Danes; XAVIER, Iracy Alves da Silva; SOLIMAN, Cátia Regina; ALMEIDA, Cleiane Nascimento; SILVA, Daniel do Nascimento. Educação para a sustentabilidade: o papel da escola na formação de cidadãos conscientes. *Revista Missioneira*, Santo Ângelo, v. 27, n. 1, p. 77-88, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v27i1.2071>. Acesso em: 1 set. 2025.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

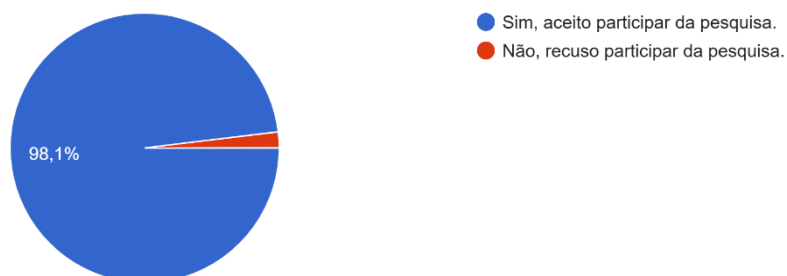
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCE-SP). **Relatório de prestação de contas – Canitar. São Paulo, 2022 (dados de referência até 2021)**. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/rdm/canitar.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

VIEIRA, Andressa Aparecida Malinoski Philiposki; MIQUELIN, Awdry Feisser. **Práticas pedagógicas sustentáveis na perspectiva da Educação Ambiental Crítica**. Pesquisa em Educação Ambiental, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2023-16341>. Acesso em: 31 ago. 2025.

## Apêndice 1 - Educação para Sustentabilidade nos Anos Iniciais

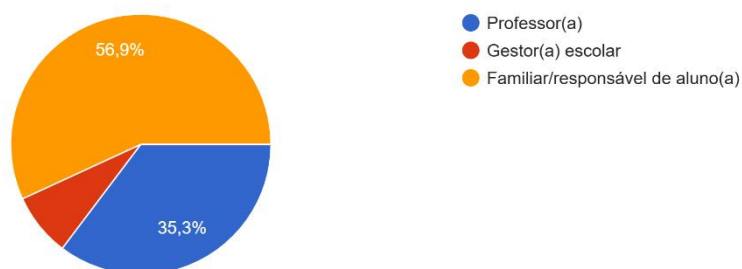
- O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa Educação para Sustentabilidade nos Anos Iniciais: Impactos no C...sobre a pesquisa e esclarecer as minhas dúvidas.

52 respostas



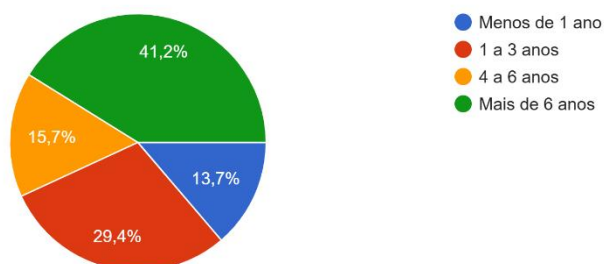
1. Qual é a sua função na escola?

51 respostas



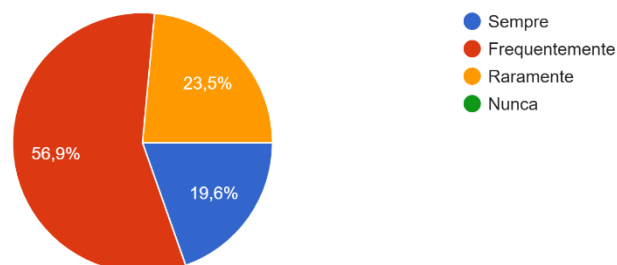
2. Há quanto tempo você atua ou acompanha crianças nos anos iniciais?

51 respostas



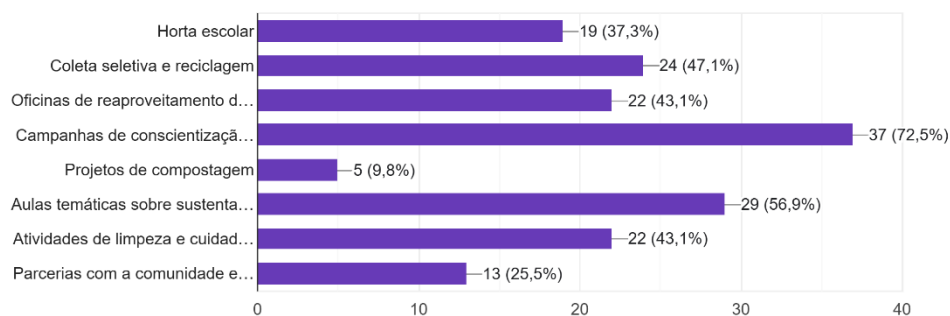
3. Você considera que a temática da sustentabilidade está presente no currículo e nas atividades escolares?

51 respostas



4. Quais práticas pedagógicas relacionadas à sustentabilidade você já presenciou ou desenvolveu na escola? (Marque todas as que se aplicam)

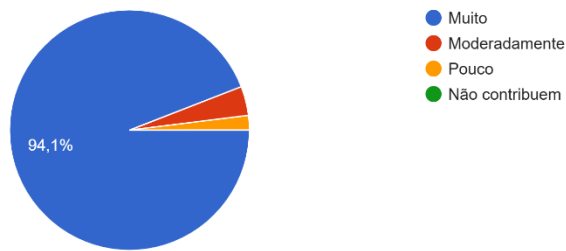
51 respostas





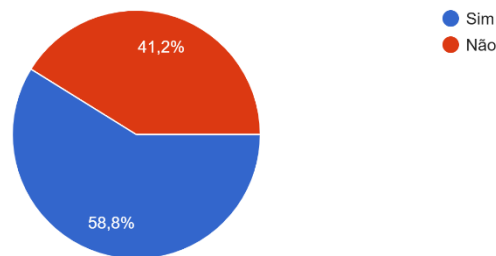
5. Na sua percepção, essas práticas contribuem para o aprendizado das crianças?

51 respostas



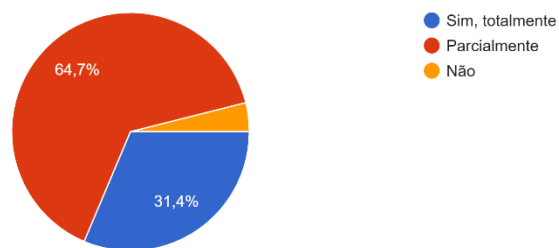
6. A escola adota projetos ou ações fixas voltadas à sustentabilidade (ex.: horta, reciclagem, economia de água/energia)?

51 respostas



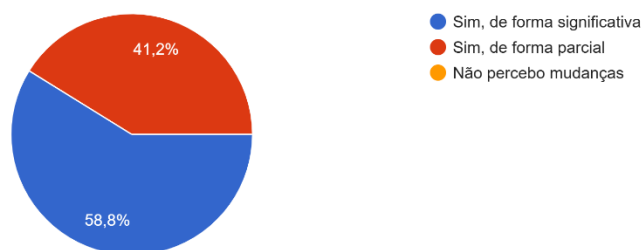
7. Você considera que a escola possui apoio institucional (gestão e professores) suficiente para manter ações ambientais contínuas?

51 respostas



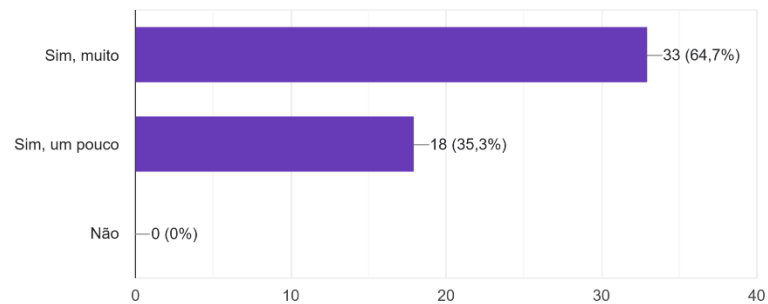
8. Em sua experiência, as crianças demonstram mudanças de comportamento (hábitos, atitudes, valores) após atividades ligadas à sustentabilidade?

51 respostas



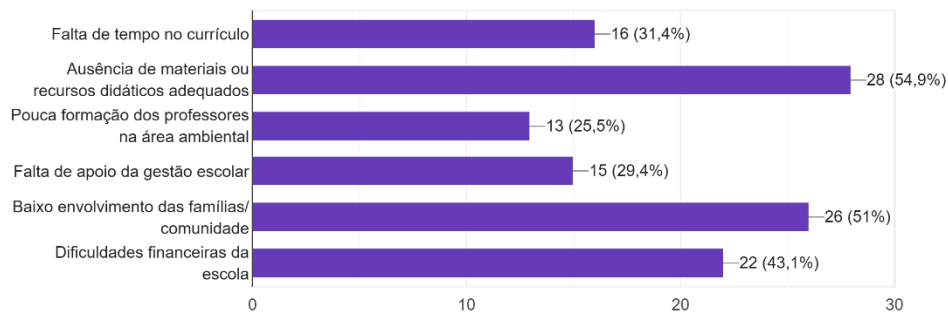
9. Essas mudanças de comportamento das crianças impactam o ambiente familiar e/ou comunitário?

51 respostas



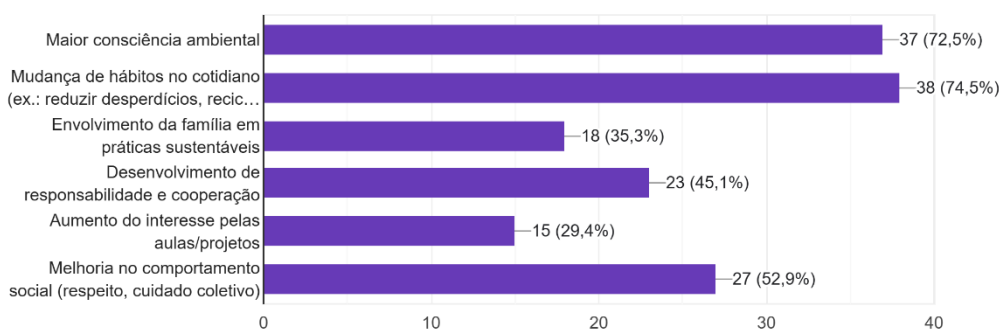
10. Na sua visão, quais são os maiores desafios para trabalhar a educação para a sustentabilidade nos anos iniciais? (Marque todos que se aplicam)

51 respostas



11. Quais benefícios você percebeu na prática da educação para a sustentabilidade com as crianças? (Marque todos que se aplicam)

51 respostas



12. O que você acredita que poderia ser feito para fortalecer a educação para a sustentabilidade em sua escola? (Marque todos que se aplicam)

51 respostas

